Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO

DECISÃO SINGULAR	:	**DSG-G.MJMS-426/2013**
PROCESSO TC/MS	:	TC/17401/2012
PROTOCOLO	:	1252690
ÓRGÃO	:	AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS
ORDENADOR DE DESPESAS	:	WILSON CABRAL TAVARES
CARGO DO ORDENADOR	:	SECRETÁRIO DE ESTADO DE OBRAS PÚBLICAS E DE TRANSPORTES
ASSUNTO DO PROCESSO	:	CONTRATO DE OBRA – 025/2012
RELATORA	:	CONS. MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO
CONTRATADO (A)	:	WALA ENGENHARIA LTDA
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	:	TOMADA DE PREÇOS - 75/2011
OBJETO DA CONTRATAÇÃO	:	CONSTRUÇÃO DE PASSARELA METÁLICA E BARREIRA DE PROTEÇÃO – PONTE VELHA RIO TAQUARI, NO MUNICÍPIO DE COXIM/MS
VALOR INICIAL DA CONTRATAÇÃO	:	R$ 545.488,40

CONTRATO DE OBRA – CONSTRUÇÃO DE PASSARELA METÁLICA E BARREIRA DE PROTEÇÃO – PONTE VELHA RIO TAQUARI, NO MUNICÍPIO DE COXIM/MS – PROCEDIMENTO LICITATÓRIO – FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO – REGULARIDADE E LEGALIDADE.

Referem-se estes autos ao contrato de obra nº 025/2012, firmado entre a Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos e a empresa WALA Engenharia Ltda., com o objetivo acima exposto.

A Equipe Técnica de Assessoria e Engenharia, Arquitetura e Meio Ambiente, em sua análise conclusiva ANC – AEMA – 17401/2012 de peça nº 52, observou que as justificativas apresentadas condizem com a realidade, portanto satisfazem às exigências legais, assim constatou:

"Pela regularidade do presente processo no que se refere ao procedimento licitatório e a formalização contratual na forma do inciso I, artigo 311, c/c o inciso I, do artigo 312, ambos da resolução normativa TCE/MS nº 057/2006, encaminhando o processo ao Ministério Público de Contas".



Da mesma forma é o que entende o Ministério Público de Contas que, ao examinar o processo concluiu pela regularidade e legalidade do procedimento licitatório e da formalização do instrumento contratual, como consta no Parecer de peça nº 53.

É o Relatório.

Verifico por meio da documentação apresentada que as exigências contidas na legislação vigente foram cumpridas tendo o procedimento licitatório na modalidade tomada de preços nº 75/2011 e o contrato de obra nº 025/2012 as cláusulas essenciais quanto ao objeto, vigência, valor, atestando sua regularidade e legalidade.

Desta forma, acolho os posicionamentos formulados tanto pela Equipe Técnica quanto pelo representante do Ministério Público de Contas, uma vez que o responsável pelo órgão apresentou tempestivamente os documentos.

Diante de todo o exposto e de conformidade com o artigo 13, inciso V do Regimento Interno desta Corte **DECIDO:**

1- Pela Legalidade e Regularidade procedimento licitatório na modalidade tomada de preços nº 75/2011 e o contrato de obra nº 025/2012, firmado entre a Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos e a empresa WALA Engenharia Ltda., inciso I e artigo 312 inciso I, todos do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;



2- Determino a remessa dos autos ao Cartório para as providências regimentais e, após, à Inspetoria competente para cumprimento do disposto no artigo 314, inciso I do Regimento Interno desta Corte de contas.

É a DECISÃO.

Campo Grande, 04 de abril de 2013.

Conselheira Marisa Serra

R E L A T O R A

GAS